

A Literatura Como Fonte Para a Construção da Memória Política Medieval: Apontamentos Sobre a Guerra Justa

Márcia Maria de Medeiros (UEMS)¹

Resumo: Este artigo procura através do texto literário perceber as nuances da política medieval, a partir da obra de Thomas Malory, *La muerte de Arturo*. Para tanto, busca investigar o início do governo do rei Artur, analisando as figurações relativas ao conceito de justiça que se tinha na Idade Média, bem como o conceito de guerra justa.

Palavras-chave: literatura medieval, história política, Thomas Malory.

O romance de Malory deixa muito claro ao seu leitor ou leitora que os primeiros dias do governo de Artur como rei não foram nada fáceis. O jovem rei começou seu reino sitiado pelos seus inimigos, conforme se aufere da citação que segue: “Por lo que, aconsejado, de sus barones, se trasladó a una torre con quinientos hombres buenos con él; y todos los reyes antedichos le pusieron cerco, pero el rey Arturo estaba bien avituallado” (MALORY, 2005, p. 48). A origem de Artur era a causa da querela.

Ao cabo de 15 dias de cerco, o mago Merlim entrou na cidade e os reis que promoviam a contenda perguntaram a ele porque Artur havia sido consagrado rei, ao que o mago respondeu que isso havia ocorrido pela razão de que ele era filho de Uther e de Igraine. Os barões responderam ao mago que se essa era a linhagem da qual provinha o jovem, então de fato era ele um bastardo. As palavras com que Merlim respondeu foram taxativas e proféticas:

No - dijo Merlín -; Arturo fue engendrado más de tres horas después de la muerte del duque; y trece días más tarde, el rey Uther se casó con Igraine; por tanto declaro que no es bastardo. Y pese a quien diga que no, será rey y vencerá a todos sus enemigos; y reinará largamente en toda Inglaterra hasta su muerte, y tendrá bajo su obediencia a Gales, Irlanda y Escocia, y más reinará que ahora no hace falta nombrar (MALORY, 2005, p. 49).

Muitos homens se impressionaram com as palavras de Merlim e deixaram o cerco, acreditando que tudo seria como ele havia dito. Outros desprezaram sua profecia, chamando-o de bruxo e continuaram o cerco, não sem antes dizer ao mago que pedisse que Artur saísse para falar com eles, prometendo que não lhe fariam passar por nenhum tipo de dano. Merlim pediu ao jovem rei que fosse falar com seus inimigos, mas não na condição de um prisioneiro cercado, e sim na condição de capitão e rei de todos eles, pois ele sabia que a vitória na batalha seria de Artur. O jovem rei seguiu o conselho do mago e palavras duras foram trocadas de ambos os lados, sinalizando que haveria guerra.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Amambaí.

Mais uma vez, Merlim procura alertar os reis dos erros que estavam cometendo: “¿Qué vais a hacer? – dijo Merlín a los reyes-. Mejor será que renunciéis, pues no venceréis aunque fueseis diez veces más” (MALORY, 2005, p. 49). Entretanto, a resposta do rei Lot ao mago encerrou de vez o assunto: “¿ Acaso estaría bien que nos asustara un interpretador de sueños?” (MALORY, 2005, p. 50). Diante dessa resposta, Merlim desapareceu e foi ao rei Artur ao qual aconselhou que caísse sobre seus inimigos de furiosamente.

A batalha transcorreu forma violenta e extenuante. Ao final da luta, os reis que haviam desafiado Artur fugiram, mas a ação do mago Merlim impediu que o jovem rei fosse atrás deles. Nesta altura do romance, mesmo sem dizer uma palavra, Merlim demonstra a sua ação profética e o seu vasto conhecimento do tempo futuro: ele impediu que o jovem Artur fosse atrás de seus inimigos para garantir a ele uma aliança vantajosa com a casa de dois reis (Ban de Benwick e Bors de Gaula).

Os inimigos de Artur moveram nova guerra contra ele, mas agora o jovem rei estava mais forte, pois contava com a ajuda de mais duas casas reais. E se a batalha anterior já havia sido cruel, a narração da luta feita por Malory tinge de matizes ainda mais ferozes a nova demanda que envolveu Artur e seus companheiros:

Entonces el rey Arturo, el rey Ban y el rey Bors, con sus buenos y leales caballeros, los atacaron tan fieramente que derribaron los pabellones sobre sus cabezas; sin embargo los once reyes, con gran proeza de armas, conservaron mucho campo; esa madrugada murieron allí diez mil hombres buenos. Y tenían ante ellos un paso fuerte, aunque eran cincuenta mil hombres bravos (MALORY, 2005, p. 57).

Nesse ponto o texto de Malory narra um fenômeno que dificilmente teria ocorrido no desenvolver dos atos que levavam a ação bélica durante a idade média: em primeiro lugar há que se ressaltar que o deslocamento de no mínimo 60 mil homens armados com todos os apetrechos que envolviam os cavaleiros (espadas, lanças, armaduras, fora a couraça usada sobre o cavalo de guerra) necessitava de toda uma ação logística que não era possível, dadas as dificuldades do tempo.

Em segundo lugar e levando-se em consideração a ideia de “homem bom” como sendo membro da nobreza, portanto com alto valor de resgate, dificilmente se teria no contexto de um combate no período em questão, a morte de 3 mil homens, pois a guerra feudal não objetivava a morte do adversário, mas sim a sua captura visando o resgate. Não se deve esquecer de que uma das principais obrigações do vassalo era pagar o resgate caso o seu senhor fosse aprisionado em combate.

Na pirâmide hierárquica que constitui o emaranhado das relações feudo-vassálicas quase todo o nobre, além de ser vassalo de outrem, tem seus próprios vassalos: a captura de um “homem bom” representava, portanto, possibilidades de dividendos dependendo da importância do prisioneiro.

Malory segue a sua narrativa dando detalhes de cada lance da batalha, inclusive das pausas que ambos os grupos se davam para que pudessem descansar e

voltar renovados ao embate. Em todos os lances narrados, sempre se sobressai a coragem e a valentia de Artur, líder nato em meio de seus homens.

Artur sente piedade de Ban porque ele está lutando corajosamente contra seus inimigos, mas também porque ele está em desvantagem por estar a pé, enquanto os outros estão a cavalo, o que é um grande ultraje aos que o atacam, por ser um ato de covardia, indigno de cavaleiros. Ademais, lutando a pé, o rei Ban colocava-se em uma situação que não condizia com o seu *status* social.

Assim, o que Artur vê é um homem de linhagem nobre açoitado por todos os lados e lutando a pé. Daí sua ação violenta:

Y al mirar Arturo em derredor suyo vio a un Caballero, y al punto corrió sir Arturo a él, y le dio tal golpe encima del yelmo que la espada le entro hasta los dientes, y el caballero cayó muerto a tierra; tomo Arturo luego el caballo por la rienda, y se lo llevó al rey Ban (MALORY, 2005, p. 63).

Os lances da batalha se desdobram dando conta das proezas de Artur e de seus aliados. A batalha foi encerrada graças à ação do mago Merlim que profetizou a derrota dos inimigos de Artur devido a outros trâmites: segundo o mago os sarracenos haviam invadido os territórios pertencentes aos reis que estavam causando revezes a Artur, de forma que eles teriam que se livrar dos inimigos da fé cristã antes de virem novamente contra o jovem. Assim, na versão de Thomas Malory encerrou-se a primeira guerra promovida contra o rei Artur.

Apesar de não ficar clara a vitória de Artur e seus companheiros percebe-se que durante toda a narrativa desta batalha (e ela é relativamente longa, ocupando cerca de 1/3 do primeiro livro do romance de Malory) existe uma tônica que demonstra a existência de um conceito complexo no universo do medieval, qual seja ele, o de *guerra justa*.

No texto *Uma longa idade média*, Jacques Le Goff salienta que o cristianismo carrega em si, incorporado a sua doutrina e organização de pensamento, um ideal de paz, cuja principal referência está posta na figura do próprio Cristo. Le Goff vai ainda mais longe ao afirmar: “Pode-se até mesmo dizer que o cristianismo é antimilitarista” (LE GOFF, 2008, p. 105). Ainda segundo o mesmo autor, os primeiros grandes teóricos cristãos latinos apresentavam pontos de vista pacifistas.

Isso não quer dizer que a antiguidade romana, não tenha visto a existências de soldados cristãos, exemplo desse processo pode ser encontrado na *Legenda Áurea* de Jacopo de Varazze, que conta a história de São Maurício e seus companheiros. Maurício chefiava uma legião de soldados enviados aos imperadores, segundo as palavras de Varazze, “a fim de os apoiar nas *guerras justas*, mas não para usar armas contra os cristãos, que de preferência eles deviam defender” (VARAZZE, 2003, p. 785)².

Ademais, um dos primeiros grandes santos do cristianismo medieval, Martinho que viveu no final do século IV era um militar, tribuno dos soldados sob o

² Os grifos são meus.

governo dos imperadores Constantino e Juliano. Entretanto, é importante referendar que o exército foi um dos principais pontos de conflito entre as autoridades públicas e os primeiros cristãos os quais se recusavam a fazer o juramento exigido dos soldados serviam o imperador.

Mas, a partir do momento em que o cristianismo se torna religião oficial do Estado romano, as coisas mudaram de figura e de acordo com Le Goff:

[...] os cristãos foram integrados à sociedade pública e não mais puderam opor recusa a uma guerra que se impunha: a sociedade romana estava exposta a múltiplos ataques, em particular por parte daqueles a que chamamos 'bárbaros'. A partir desse momento, foi necessário que os cristãos cristianizassem a guerra (LE GOFF, 2008, p. 106).

É aí que entra em cena um dos maiores pensadores e pedagogos do cristianismo, Santo Agostinho, considerado um significativo personagem para a instalação e desenvolvimento pensamento cristão na idade média, por conta de duas obras fundamentais para a história do pensamento ocidental: *Confissões* e *A cidade de Deus*.

É na segunda das duas obras citadas que Santo Agostinho fala sobre a questão da guerra: na opinião do emérito pedagogo medieval, o homem foi corrompido pelo pecado original, e a guerra não passa de uma das consequências dessa corrupção iniciada com os pais da humanidade, Adão e Eva. Da mesma forma como o pecado original pesará sobre os homens e as mulheres até o dia do Juízo Final, da mesma forma a guerra também durará até o fim dos tempos.

Ainda na opinião de Santo Agostinho, se não é possível erradicar o mal que corresponde à guerra, é preciso então impor limites a ela, colocá-la sob uma espécie de confinamento, o qual deve ser regulado pela lógica do pensamento cristão.

Dessa forma, não há guerra justa ou legítima a não ser aquela que é declarada por uma figura de autoridade, a qual Agostinho esclarece ser o príncipe. Sobre o assunto referenda Jacques Le Goff que: "isso é fundamental porque a Igreja condenará todas as formas de guerra que não sejam decididas e conduzidas por isso a que hoje chamamos o 'Estado', o poder público [...]" (LE GOFF, 2008, p. 107).

Quando Artur declara guerra aos barões que o acometem e o atacam colocando dúvidas em relação a sua origem ele o faz na condição de rei. A ofensa a sua pessoa representa uma ofensa ao reino, o qual se personifica na sua consagrada figura real. A análise poderia ir mais longe ainda e dizer que a ofensa a figura do rei por graça de Deus, representa uma ofensa ao próprio Deus, um sacrilégio, na medida em que o ungido torna-se Seu escolhido.

Dessa forma, percebe-se que, no texto de Malory, Artur celebra o primeiro elemento para a construção da ideia de guerra justa conforme preconizada por Santo Agostinho. Há que se salientar que a guerra conduzida dessa forma, esvazia o que em termos modernos, pode ser chamado de guerrilha. Ademais, observa-se aí um caminho para a centralização do poder.

Santo Agostinho ainda argumenta que uma guerra é justa quando não é inspirada pela vontade de prejudicar o outro, pela simples vingança, pelo desejo de dominar entre outras atitudes consideradas por ele negativas. É possível perceber nesse contexto, que a Igreja condenava a guerra de conquista: só é justificável armar-se para se defender, e isso quando se foi injustamente atacado. Nesse ponto é preciso decidir-se pelo combate. Assim, a guerra passa de consequência do pecado a uma espécie de remédio contra ele.

O Artur de Thomas Malory foi injustiçado e ofendido. Ele mostrou aos reis toda a sua generosidade ofertando a eles ricos presentes e só recebeu em troca ofensas e ameaças. Diante dessa afronta, só restou-lhe uma saída: guerrear. A ofensa a sua honra e a sua ação devem ser lavadas com o sangue derramado no combate. Mas não há glória nesse processo, pois de acordo com Jacques Le Goff

[...] é preciso ver com clareza que a atitude cristã a respeito das armas é ambivalente. De um lado, há uma legitimação da guerra justa, tal como a definiu Santo Agostinho; de outro, a atividade militar permanece ligada ao pecado, portanto é má e em particular condenável, porque faz verter o líquido que mancha, que é o sangue. Consequência: a guerra continua um triste privilégio dos leigos, proibida aos clérigos (LE GOFF, 2008, p. 108).

Mesmo sendo “um triste privilégio dos leigos”, não se pode esquecer que os guerreiros medievais tinham uma aura de glória construída ao seu redor: eles eram os defensores de Deus e dos fracos que não podiam defender-se como as viúvas, os órfãos e os pobres. Dessa forma, o ofício das armas passava por um processo de valorização, que culminou com a cristianização da figura desse guerreiro, que passou a ser um *miles Christi*, um cavaleiro de Cristo. Daí a sacralização do ritual que introduzia o mancebo no mundo da cavalaria.

Esse cavaleiro de Cristo não poderia lutar qualquer guerra de qualquer forma, ele tinha necessariamente de se colocar (ou ser colocado) sob um conjunto de regras que se desdobram em diversas contingências e que desembocam no ano mil, na construção de dois elementos básicos do contexto da época, institucionalizados pela Igreja em uma espécie de movimento de paz, quais sejam eles, a *trégua de Deus* e a *paz de Deus*³.

Jacques Le Goff percebe nesse movimento que culmina com a Cruzada uma ampliação do conceito de guerra justa: de acordo com o autor, a Cruzada seria muito mais que uma guerra justa, ela representa uma guerra santa.

É importante frisar que a Cruzada se coloca na mesma linha de temporalidade e de consequências que envolvem a evolução econômica e social do ocidente europeu: ela é contemporânea ao fenômeno de explosão demográfica que ocorre na chamada idade média central e que cria uma nova categoria social a qual abrange os filhos mais moços da média e da pequena nobreza, os quais, em uma

³ A *trégua de Deus* proibia combates em determinados dias da semana e determinadas época do ano como, por exemplo, o domingo ou o Advento. A *paz de Deus* conclamava os cavaleiros a jurar sobre as relíquias sagradas respeitar as igrejas, os membros do clero e os bens dos humildes.

sociedade onde prima o direito da primogenitura, ficam privados da posse da terra e mesmo da possibilidade de conseguir um bom casamento.

Assim, com a organização de toda uma linha de pensamento em torno da Cruzada, a noção de guerra justa articulada por Santo Agostinho tomou outra proporção e, pode-se dizer se completou: a guerra “válida” é aquela que se volta para uma reta intenção, dirigida para esse fim por uma autoridade legítima e com objetivo defensivo ou de retomada de um bem injustamente adquirido.

Diante das discussões referendadas nesse artigo há que se considerar o retrato pintado por Thomas Malory do rei Artur. Na visão desse cavaleiro de escreveu sua obra em torno dos anos de 1470, percebe-se uma tônica de continuidade com relação ao imaginário que envolvia a construção da ideia do rei e das ações que a pessoa real deveria desenvolver. Ser justo, generoso, combater por causas justas, travando em nome da verdade se necessárias forem, verdadeiras guerras santas: esse é o retrato do rei ideal.

Se a história conheceu essa figura real personificada em São Luis, cuja biografia foi redigida por Jacque Le Goff a literatura transmuta os valores do tempo histórico e os glorifica na figura do jovem rei Artur: príncipe de origem humilde, herói corajoso que exerce a justiça mal é consagrado, que sofre afrontas e tenta sempre buscar a paz, mesmo que para isso não hesite em recorrer às armas.

O Artur de Thomas Malory é um guerreiro, um *bellator*. Quando narradas as suas peripécias no campo de batalha tem-se a impressão de que não existiria sobre a face da terra cavaleiro mais portentoso e de maior garbo e gentileza. Artur combate em nome das guerras justas com a finalidade de limpar a honra do seu nome e de se mostrar de fato merecedor da coroa e do título de *rex Dei gratia*.

Em seu texto Malory deixa claro que nunca foi a intenção do rei travar um combate desnecessário, tanto que ele enviou ricos presentes e se mostrou disposto a conversar com seus inimigos, usando do recurso diplomático para evitar um derramamento de sangue que poderia ser evitado entre cristãos (e que deveria ser evitado). Essa posição de Artur demonstra claramente uma atitude que percebia a guerra como último recurso o qual só deveria ser utilizado quando todos os meios pacíficos para se evitar uma injustiça tivessem sido tentados e houvessem falhado.

Artur se engajou em uma guerra porque foi levado a isso pelos seus adversários e fica claro para os leitores e leitoras de Malory que ele fez isso porque tinha o direito e a verdade coroados pela espada da justiça do seu lado. Artur não cedeu a um arrebatamento momentâneo que poderia representar o pecado (capital!) da ira: ele fez o que era justo, como faria um verdadeiro rei.

Dessa forma e com os elementos apontados nesse artigo, o texto literário, tendo como aporte o romance de Thomas Malory serve como base para discutir alguns conceitos formadores que quadro que organiza a história da política medieval e mesmo, para levantar questionamentos que são pertinentes aos dias atuais: o conceito de guerra justa, por exemplo, não é mais utilizado atualmente, mas a ideia que o envolve sobrevive até o tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANCO Jr., Hilário. *Idade Média: o nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LE GOFF, Jacques. *Uma longa idade média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MALORY, Thomas. *La muerte de Arturo*. Madrid: Siruela, 2005.

VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea*. São Paulo, Cia das Letras, 2003.